

RELATÓRIO DE GESTÃO Exercício de 2017

Em cumprimento do Art.º 66º do Código das Sociedades Comerciais, a firma Accive Insurance - Corretor de Seguros, SA., com o número de pessoa coletiva 506653285, com sede social na Avenida da Boavista, 1277 a 1281, 1.º, 4100-130 Porto, vem por este meio apresentar o Relatório e Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

Enquadramento macroeconómico e de mercado

Pela primeira vez desde a crise financeira internacional, o crescimento da economia mundial superou as expectativas um pouco por todo o mundo. Depois de registar em 2016 a pior performance desde a recessão, o crescimento global acelerou para +3.7% em 2017, o ritmo mais elevado desde 2011.

Globalmente, 2017 ficou marcado por uma recuperação sincronizada nas economias avançadas e emergentes, em particular com a Zona Euro e o Japão a juntarem-se ao ciclo positivo de crescimento económico. O aumento do dinamismo refletiu a forte confiança empresarial e a solidez do consumo privado, que resultaram num aumento das despesas em capital o que, por sua vez, conduziu a novos ganhos no emprego e nos salários.

Acresce que, e contrariamente ao que era esperado, o ano foi marcado por uma relativa estabilidade, já que os maiores riscos geopolíticos não se materializaram: os principais movimentos nacionalistas não conseguiram conquistar o poder na Zona Euro, a Coreia do Norte prosseguiu com as suas provocações, mas os efeitos nos mercados financeiros foram de curta duração e os impactos económicos da administração Trump foram limitados.

Nos Estados Unidos, a atividade ganhou ritmo na segunda metade do ano, à medida que os efeitos da apreciação do dólar e dos movimentos no preço do petróleo se foram dissipando. A expansão tornou-se cada vez mais abrangente, no entanto, a procura doméstica constituiu o principal impulso, à medida que o aumento da confiança empresarial, o nível muito baixo de desemprego e os ganhos salariais continuaram a suportar o consumo privado e o investimento. Globalmente, a economia cresceu em linha com as expectativas, com a taxa de crescimento do PIB a acelerar de 1.5% em 2016 para 2.3%.

A Zona Euro constituiu a principal surpresa positiva, com o crescimento do PIB a alcançar os +2.4% em 2017. A atividade continuou suportada em fundamentos sólidos, nomeadamente a criação robusta de emprego, mercados de exportação em crescimento, preços do petróleo relativamente baixos, política monetária acomodatória, melhoria das condições de financiamento e inflação subjacente contida. Acresce que, pela primeira vez desde 2011, todos os dezanove países membros registaram simultaneamente uma expansão do PIB.

Finalmente, a performance económica nos mercados emergentes também se consolidou. A China gozou de relativa estabilidade, com o crescimento a registar um nível semelhante ao de 2016 (+6.8%), enquanto a atividade no Brasil, na Argentina e na Rússia voltou finalmente a terreno positivo (+1.1%, +2.4%, +1.8%, respetivamente).

Em Portugal, a retoma ganhou finalmente força, o PIB atingiu a taxa mais elevada de crescimento desde 2000 (+2.6%). A economia continuou a registar um superavit corrente e o

Av. da Boavista, 1277/81, Piso 1
4100-130 Porto
Tel. 22 616 45 61 | Fax 22 616 07 93

www.accive.pt

défice público ficou abaixo do limite de 1,4%iii. Neste contexto, o sentimento de mercado em relação a Portugal melhorou substancialmente e os spreads da dívida soberana registaram uma forte queda.

Este dinamismo acrescido, que refletiu uma melhoria generalizada tanto das condições internas como externas, foi estimulado pela forte recuperação do investimento e das exportações, a par do crescimento continuado do consumo privado. No que respeita ao mercado de trabalho, a criação de emprego registou um crescimento mais forte do que o PIB, o que levou a uma forte queda do desemprego (8.9% contra 11.1% em 2016).

Além disso, a recuperação económica continuou marcada pelo forte ciclo do turismo. De facto, o sector continua em forte expansão impulsionado por ganhos de competitividade e pelo aumento da insegurança em alguns destinos concorrentes, com os não residentes a contribuírem não apenas para o aumento das receitas dos hotéis e restaurantes (+16.5% e +11.2%), mas também a suportarem a retoma da construção relacionada com o turismo.

Neste contexto, o consumo privado em termos nominais (+3.4%) registou um crescimento superior ao do rendimento disponível. Isto foi sustentado pelo excecional nível de confiança dos consumidores, que alcançou o nível mais elevado em cerca de 20 anos, num contexto de políticas governamentais expansivas aliadas ao forte efeito riqueza, que permitiu uma queda sem precedentes da taxa de poupança (+4.4% de +6.0% em 2016).

A despesa (+2,6%) em bens duradouros permaneceu particularmente dinâmica, mas evidenciando uma clara desaceleração liderada pelas vendas de automóveis (+7.1%) que já regressaram aos níveis pré-crise, enquanto a eletrónica (+6.4%) beneficiou da recuperação do sector residencial. Em oposição, os gastos em bens não duradouros ganharam ímpeto, o que se refletiu na recuperação das vendas a retalho (+5.5%), nomeadamente nas categorias não alimentares (+4.7%), tais como vestuário (+3.8%). No que respeita ao retalho alimentar (+4.1%), as vendas permaneceram sólidas, beneficiando do aumento de preços no sector (+1.5%).

Em Espanha, a retoma económica permaneceu forte, com o PIB a registar uma taxa de crescimento superior a 3% pelo terceiro ano consecutivo. Ainda mais relevante é o facto de isto ter ocorrido num contexto de continuado superavit externo, notáveis desenvolvimentos no processo de desalavancagem do sector privado não financeiro, ganhos sustentados no emprego e fortes esforços de consolidação orçamental.

Adicionalmente, a retoma manteve uma base alargada, com todos os componentes do PIB a contribuírem para o crescimento.

Em particular, a recuperação global mais forte aliada a ganhos de competitividade deram um impulso às exportações, enquanto que a sólida criação de emprego, condições de crédito favoráveis, forte confiança empresarial e ganhos continuados no turismo – apesar dos ataques terroristas e da incerteza política na Catalunha – continuaram a estimular a procura doméstica.

O consumo privado permaneceu dinâmico, crescendo +4.1% em termos nominais, a taxa mais alta em 10 anos e mais forte do que o rendimento disponível, acentuando, portanto, o padrão iniciado em 2014. De facto, a excecional redução da taxa de poupança das famílias tornou-se um motor adicional da despesa, juntando-se ao forte crescimento do emprego (+2.9%), condições financeiras favoráveis e crescentes ganhos na riqueza financeira e imobiliária.

Neste contexto, as famílias continuaram a preferir o consumo discricionário, nomeadamente veículos (+9.1%) e turismo e restauração (+5.2%), contudo em menor grau do que em 2015 e 2016. As vendas a retalho, por sua vez, ganharam força em 2017 (+3.5% vs. +2.1% e 2016), particularmente no alimentar e nos combustíveis (+2.6% e +7.3% respetivamente), enquanto o ritmo de crescimento na eletrónica e saúde e beleza desacelerou (+2.2% e +1.8%, respetivamente).

Evolução do Mercado Segurador

De acordo com dados provisórios publicados pela ASF[1], em 2017, a produção de seguro direto em Portugal registou um valor de cerca de 11.5 mil milhões de euros, o que se traduz num aumento face a 2016 em 6,3%. Denota-se assim a inversão da tendência decrescente que se vinha a verificar neste setor, devida quer à produção do Ramo Vida, bem como do Ramo Não Vida, ambos a registar crescimentos de 5,8% e 7,1%, respetivamente (ver Gráfico 1), acompanhando a melhoria da conjuntura económica observada neste ano.

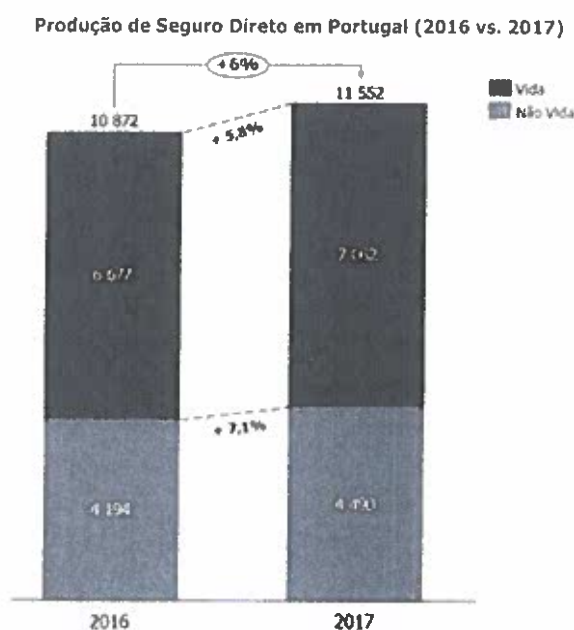
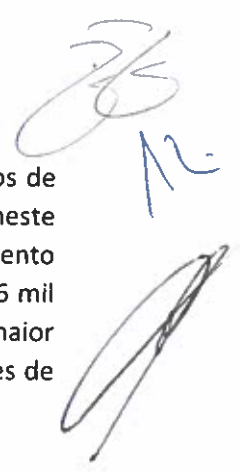


Gráfico 1 - Produção de Seguro Direto em Portugal

O Ramo Vida, após o decréscimo verificado em 2016, apresenta um bom desempenho em 2017, com o seu crescimento a dever-se sobretudo aos Seguros Ligados a Fundos de Investimento que passam a representar um peso de 30,96% face ao total do ramo Vida (25,3% em 2016). Neste domínio salientam-se os planos de poupança reforma (PPR), cujo crescimento foi de aproximadamente 30%, passando o seu peso neste ramo para 31,6%, um aumento de 5,9 pontos percentuais face ao ano transato.

[1] Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, "Atividade Seguradora - Prémios de Seguro Direto - 2017", publicado em 15 de janeiro de 2018

No Ramo Não Vida, a produção foi de cerca de 4.5 mil milhões de euros, sendo os ramos de Acidente e Doença e Automóvel, os quais conjuntamente apresentam um peso de 72% neste Ramo, os que mais contribuíram para este aumento. Neste contexto, assistiu-se a um aumento de 5,8% nos prémios brutos gerados pelo seguro automóvel, os quais se situaram em 1.6 mil milhões de euros, e a um aumento de 13% na modalidade de Acidentes de trabalho (o maior crescimento verificado em 2017) observando-se um volume de prémios de 0.7 mil milhões de euros.



Atividade da Empresa em 2017

O ano 2017 foi marcado pela manutenção da rede de agentes, dinamização de oferta exclusiva e desenvolvimento de plano de formação específico. Foram criadas condições de cross e up-selling da actual carteira, com enfoque numa composição mais global.

Investimento

Durante o exercício não se verificaram quaisquer investimentos.

Recursos humanos

Em 31 de dezembro de 2017 a sociedade dispunha de 3 efetivos a tempo inteiro e 3 administradores não remunerados.

Análise Económica e Financeira

O exercício 2017 foi caracterizado por um acréscimo das receitas totais na ordem dos 12,25%, passando de 478.370,72 Euros para 536.978,02 Euros, motivado pelo aumento da carteira de seguros de alguns agentes chave e pelo reconhecimento no ano 2016 de regularização de comissões relativas a exercícios anteriores.

Relativamente aos custos, regista-se um crescimento de 1,01% dos Fornecimentos e Serviços Externos de 388.606,18 Euros para 392.542,61 Euros. Em 2017 os gastos com o pessoal apresentam uma redução de 34,91% passando de 88.185,27 Euros para 57.401,27 Euros.

O Resultado Líquido do exercício de 2017 revela um lucro de 88.948,52 Euros, bem como o Resultado Operacional que ficou nos 100.480,96 Euros, em 2016 foi negativo de 81.836,84 Euros.

O Passivo da empresa representa 49,6% do total do Ativo neste exercício.

Em matéria de gestão de riscos financeiros e políticas de cobertura, a política da Accive é parte integrante da política de risco do Grupo MDS, a qual se encontra definida no âmbito do planeamento estratégico do Grupo como uma política de gestão eficiente e equilibrada dos diversos riscos a que se encontra exposta e cuja explanação se encontra descrita nas demonstrações consolidadas da MDS SGPS.

A Accive Insurance tem como objetivos para 2017 a otimização das receitas e custos através do estabelecimento de acordos com seguradores e incremento de desenvolvimento de negócio em linhas de produto específicas.

Proposta de Aplicação de Resultados

É proposto pela administração da Empresa que o Resultado Líquido Positivo do exercício de 2017, que se situou em 88.948,52 Euros tenha a seguinte proposta de distribuição:

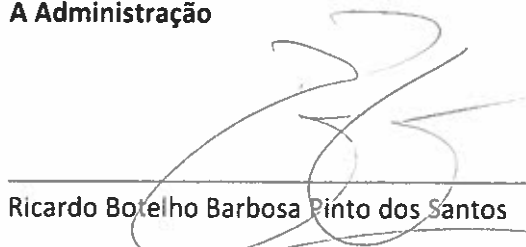
Reserva Legal: 4.447,43 Euros

Resultados Transitados: 84.501,09 Euros

Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.

A Administração



Ricardo Botelho Barbosa Pinto dos Santos



António Manuel Godinho Ribeiro



Mário João Henriques Rosa Vinhas

**ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO
REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2017**

1. Art.º447º, n.º 5, do Código das Sociedades Comerciais

Os membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade não detêm qualquer participação na sociedade:

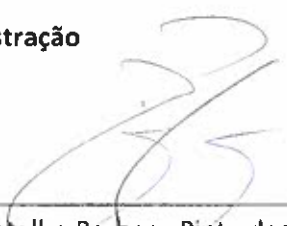
2. Art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais

Acionistas que em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016 eram titulares do capital da Accive Insurance – Corretor de Seguros, S.A.:


Titulares	Percentagem
Mds – Corretor de Seguros, S.A.	70%
Rigorosacondição Representação Comercial, Lda	20%
Onebiz – SGPS, S.A.	10%

Porto, 31 de Maio de 2018

A Administração


Ricardo Botelho Barbosa Pinto dos Santos


António-Manuel Godinho Ribeiro


Mário João Henriques Rosa Vinhas

Av. da Boavista, 1277/81, Piso 1
4100-130 Porto
Tel. 22 616 45 61 | Fax 22 616 07 93

www.accive.pt

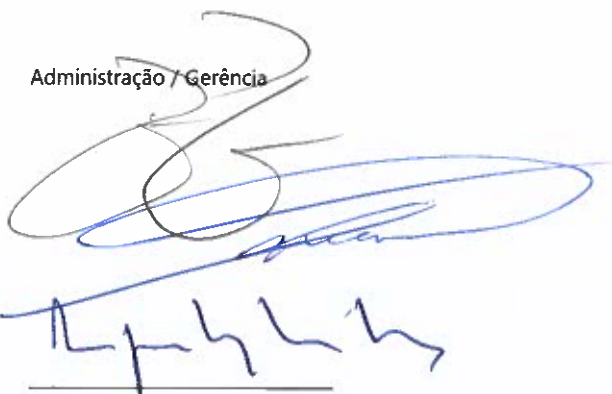
Accive Insurance Corretor de Seguros, S.A.

**Balanço - (modelo normal) em 31-12-2017
(montantes em euros)**

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos intangíveis		123,00	123,00
Créditos a receber	6	26.469,19	31.469,19
		26.592,19	31.592,19
Ativo corrente			
Estado e outros entes públicos	4	0	2.862,38
Acionistas / sócios	5,23	110.000,00	109.050,00
Outros créditos a receber	6	121.911,66	140.502,62
Diferimentos	7	1.033,07	3.720,12
Caixa e depósitos bancários	8	32.251,53	22.942,53
		265.196,26	279.077,65
Total do ativo		291.788,45	310.669,84
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	9	51.000,00	51.000,00
Outros instrumentos capital próprio	10	500.000,00	500.000,00
Reservas legais	11	1.637,57	1.637,57
Resultados transitados	12	(379.542,15)	(202.687,29)
Ajustamentos / outras variações no capital próprio		(115.114,33)	(198.301,84)
Resultado líquido do período		88.948,52	(93.667,35)
Total do capital próprio		146.929,61	57.981,09
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	14	0	72.074,64
		0	72.074,64
Passivo corrente			
Fornecedores	13	738,00	2.206,93
Estado e outros entes públicos	4	8.352,24	3.761,13
Financiamentos obtidos	14	72.074,64	86.508,00
Outras dividas a pagar	15	63.693,96	88.138,05
		144.858,84	180.614,11
Total do passivo		144.858,84	252.688,75
Total do capital próprio e do passivo		291.788,45	310.669,84

Administração / Gerência

Contabilista Certificado N° 20132




Accive Insurance Corretor de Seguros, S.A.

**Demonstração dos Resultados por Naturezas do período findo em 31-12-2017
(montantes em euros)**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	16	536.978,02	478.370,72
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, assoc. e empreend. conjuntos		0	(123.530,94)
Fornecimentos e serviços externos	17	(392.542,61)	(388.606,18)
Gastos com o pessoal	15;18	(57.401,27)	(88.185,27)
Outros rendimentos	19	20.556,16	99.495,34
Outros gastos	19	(7.109,34)	(59.380,51)
Resultado antes de depreciações,gastos de financiamento e impostos		100.480,96	(81.836,84)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		100.480,96	(81.836,84)
Juros e rendimentos similares obtidos	20		5,46
Juros e gastos similares suportados	20	(5.352,44)	(11.477,99)
Resultado antes de impostos		95.128,52	(93.309,37)
Imposto sobre o rendimento do período	21	(6.180,00)	(357,98)
Resultado líquido do período		88.948,52	(93.667,35)

Administração / Gerência

Contabilista Certificado N° 20132




Accive Insurance Corretor de Seguros, S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa do período findo em 31-12-2017
(montantes em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		561.609,75	444.555,64
Pagamentos a fornecedores		419.241,83	425.764,46
Pagamentos ao pessoal	17	55.898,89	92.895,07
Caixa gerada pelas operações		86.469,03	-74.103,89
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		1.976,15	6.458,23
Outros recebimentos/pagamentos		11.274,26	24.118,45
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		99.719,44	-43.527,21
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos intangíveis		0,00	123,00
Outros ativos		110.000,00	174.050,00
Recebimentos provenientes de:			
Outros ativos		111.450,00	5.258,33
Juros e rendimentos similares		0,00	5,46
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		1.450,00	-168.909,21
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	200.000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		86.508,00	139.432,71
Juros e gastos similares		5.352,44	17.875,04
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-91.860,44	42.692,25
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		9.309,00	-169.744,17
Caixa e seus equivalentes no início do período		22.942,53	192.686,70
Caixa e seus equivalentes no fim do período		32.251,53	22.942,53

Administração / Gerência

Contabilista Certificado N° 20132




Accive Insurance Corretor de Seguros, S.A.

Demonstração das Alterações no Capital Próprio do período findo em 31-12-2017 (montantes em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Subscrito	Outros Instrumentos de capital próprio	Reservas Legais	Resultados Transitados	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do Período	Total do Capital Próprio
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017 6		51.000,00	500.000,00	1.637,57	-202.687,29	(198.301,84)	(93.667,35)	57.981,09
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior					-93.667,35		93.667,35	
Reclassificação					-83.187,51	83.187,51		
7					-379.542,15	-115.114,33	93.667,35	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 8							88.948,52	88.948,52
RESULTADO INTEGRAL 9=7+8								
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO 10								
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2017 6+7+8+10		51.000,00	500.000,00	1.637,57	-379.542,15	-115.114,33	88.948,52	146.929,61

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Subscrito	Outros Instrumentos de capital próprio	Reservas Legais	Resultados Transitados	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do Período	Total do Capital Próprio
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016 1		51.000,00	300.000,00	1.152,74	(237.951,86)	(172.249,07)	9.696,63	(48.351,56)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior				484,83	35.264,57	(26.052,77)	(9.696,63)	
2				1.637,57	35.264,57	(26.052,77)	(9.696,63)	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 3							(93.667,35)	(93.667,35)
RESULTADO INTEGRAL 4=2+3							(93.667,35)	(93.667,35)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Outras operações	6		200.000,00					200.000,00
5			200.000,00					200.000,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2016 6=1+2+3+5		51.000,00	500.000,00	1.637,57	(202.687,29)	(198.301,84)	(93.667,35)	57.981,09

Administração / Gerência

Contabilista Certificado N.º 20132

ST

Gr 75
16

Accive Insurance – Corretor de Seguros, S.A.

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Exercício de 2017

Unidade monetária: euros

A Accive Insurance – Corretor de Seguros, SA., é uma sociedade anónima com sede na Avenida da Boavista, 1277 a 1281, 1º, 4100-130 Porto e tem por objeto principal a mediação de seguros e consultoria financeira e de crédito.

A sociedade é detida pela MDS, SA., com sede na Avenida da Boavista, 1277 a 128, 2º andar, Porto.

1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

1.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as disposições do SNC emitidas e em vigor à data de 31 de Dezembro de 2017.

As políticas contabilísticas adotadas a 31 de dezembro de 2017 são idênticas às adotadas na preparação das demonstrações financeiras do período comparativo.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas nas notas 1.5 a 1.7.

1.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

1.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.



Handwritten signature and initials: "N. GT" and a large stylized signature.

1.4. Juízos de valor

- Justo valor de ativos e passivos financeiros

O justo valor dos instrumentos financeiros comercializados nos mercados ativos é determinado com base nos preços do mercado de cotação à data de balanço.

O preço do mercado usado para os ativos financeiros da empresa é o preço recebido pelos acionistas no mercado corrente. O preço do mercado para os passivos financeiros é o preço a pagar no mercado corrente.

O valor nominal dos ativos a receber de clientes e terceiros em geral, ajustado pelas respetivas perdas por imparidade, bem como o valor nominal dos passivos de fornecedores e terceiros em geral é assumido como estando próximo do seu justo valor.

O justo valor dos passivos financeiros é estimado atualizando os fluxos de caixa futuros contratualizados à taxa de juro do mercado corrente que está disponível para instrumentos financeiros similares.

1.5. Principais pressupostos relativos ao futuro

- Estimativas e pressupostos críticos

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas sobre eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias em causa.

No decurso dos registos contabilísticos necessários à determinação do valor do património e do rédito, a empresa faz uso de estimativas e pressupostos relativos a eventos cujos efeitos só serão plenamente conhecidos em exercícios futuros. Na sua maioria tem-se verificado que os valores registados não diferem materialmente dos valores no futuro. Todas as variações que, eventualmente, surjam serão registadas nos exercícios em que se determinem os seus efeitos definitivos.

A empresa reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam ser provenientes de revisões efetuadas pelas autoridades fiscais. Quando o resultado final das inspeções fiscais é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento e nos impostos diferidos, no período em que tais diferenças são identificadas.

1.6. Principais fontes de incerteza das estimativas

A atividade da empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco taxa de juro), risco de crédito, risco de liquidez e risco de capital.

A empresa detém um programa de gestão do risco que foca a sua análise nos mercados financeiros procurando minimizar os potenciais efeitos adversos desses riscos na performance financeira da empresa.

A gestão do risco é conduzida pelo departamento financeiro, com base nas políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza coberturas de riscos financeiros em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo. A Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez.

Risco Taxa de Juro

A Administração da Empresa Accive Insurance – Corretor de Seguros, SA., não tem considerado nos últimos exercícios a hipótese de cobertura de risco relativamente a variação da taxa de juro. No entanto a dívida para com a AGEAS, vence juros à taxa fixa. Empréstimos emitidos com taxas variáveis expõem a empresa ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O risco taxa de juro resulta dos contratos de financiamento obtidos.

Como a empresa não tem ativos remunerados com juros significativos, o lucro e os fluxos de caixa da atividade de financiamento são substancialmente independentes das alterações da taxa de juro de mercado.

Risco de crédito

O risco de crédito resulta dos saldos a receber. O risco de crédito é avaliado pela Direção Financeira da empresa, tendo em conta o histórico de relação comercial, a sua situação financeira, bem como outras informações que possam ser obtidas através da rede de negócios da Empresa. Os limites de crédito estabelecidos são regularmente analisados e revistos, se necessário. O risco de crédito é reduzido.

Risco de Liquidez

A cobertura do risco de liquidez, definida como a capacidade para responder a responsabilidades assumidas, é feita, no essencial, pela existência de linhas de crédito imediatamente disponíveis. Estas facilidades asseguram à Empresa uma capacidade de liquidar posições num prazo bastante curto, permitindo a necessária flexibilidade na condução dos seus negócios.

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção de um valor suficiente em caixa e depósitos bancários, e da disponibilidade de facilidades de crédito. A gestão das necessidades de tesouraria é feita com base no planeamento anual que é revisto trimestralmente e ajustado diariamente.

Risco de capital

O objetivo primordial da Administração é assegurar a continuidade das operações, proporcionando uma adequada remuneração aos acionistas e os correspondentes benefícios aos restantes *stakeholders* da empresa. Para a prossecução deste objetivo é fundamental uma gestão cuidadosa dos capitais empregues no negócio, procurando assegurar uma estrutura ótima dos mesmos, conseguindo desse modo a necessária redução do seu custo. No sentido de manter ou ajustar a estrutura de capitais considerada adequada, a Administração pode propor à Assembleia Geral dos acionistas as medidas consideradas necessárias e que podem passar por aumentar o capital social por emissão de ações e venda de ativos entre outras medidas.

A sociedade procura manter um nível de capitais próprios adequado às características do principal negócio e a assegurar a continuidade e expansão. O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (definido como: dívida remunerada líquida / (dívida remunerada líquida mais capital próprio)) com o objetivo de o situar num intervalo confortável.

2. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

2.1. Investimentos

Subsidiárias

São consideradas como subsidiárias as empresas nas quais a Accive Insurance – Corretor de Seguros, SA., detenha direta ou indiretamente mais de 50% dos direitos de voto, ou detenha o poder de controlar a respetiva gestão, nomeadamente nas decisões da área financeira e operacional. Os investimentos em subsidiárias são mensurados pelo método de equivalência patrimonial.

Associadas

São consideradas como empresas associadas as empresas onde a Accive Insurance – Corretor de Seguros, SA., tem uma influência significativa, mas não o controlo da gestão. Em termos jurídicos esta influência acontece normalmente nas empresas em que a participação se situa entre os 20% e os 50% dos direitos de voto. Os investimentos em associadas são mensurados pelo método de equivalência patrimonial.

M. 
GT 

A parte da empresa nos ganhos ou perdas pós-aquisição das empresas subsidiárias e associadas é reconhecida na Demonstração dos Resultados e a parte dos movimentos em Reservas pós-aquisição são reconhecidos em Reservas. Os movimentos acumulados pós-aquisição são ajustados contra o valor escriturado do Investimento. Quando a parte da empresa nas perdas da subsidiária ou associada iguala ou excede o seu interesse de médio e longo prazo, a empresa não reconhece perdas adicionais, a não ser que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos por conta da empresa.

Caso existam restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a empresa detentora ou, as partes de capital sejam adquiridas e detidas exclusivamente com a finalidade de venda num futuro próximo é utilizado o método do custo.

2.2. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Os bens do ativo fixo tangível são originalmente registrados ao custo histórico de aquisição acrescido das despesas imputáveis à compra ou produção.

As despesas correntes com a manutenção e reparação são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações que aumentem o período de vida útil estimado, ou dos quais se espera um aumento material nos benefícios futuros decorrentes da sua efetivação, são capitalizados.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados ao custo de aquisição, líquido das respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos, que refletem satisfatoriamente a respetiva vida útil esperada:

Ativo fixo Tangível	Anos de vida útil
Equipamento Transporte	4 anos
Equipamento Administrativo	Entre 3 e 10 anos

A depreciação inicia-se no mês em que o respetivo bem entrou em funcionamento, de acordo com as taxas máximas definidas no Decreto Regulamentar nº 25/09. Os valores residuais, as vidas úteis esperadas e os métodos de amortização são revistas periodicamente e ajustadas, se apropriado, à data do balanço.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidos como outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas na demonstração dos resultados.

2.3. Imparidade de ativos

Os ativos que não têm uma vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais. Os ativos sujeitos a amortização são testados para determinação de eventuais imparidades sempre que ocorram eventos ou alterações nas circunstâncias, que originem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma

perda por imparidade é determinada pelo excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo menos os gastos inerentes à sua venda e o seu valor de uso.

O valor de uso dos investimentos financeiros é calculado com base em projeções de fluxos de caixa futuros baseados em orçamentos financeiros aprovados pelos gestores, cobrindo um período de 5 anos.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se sim regista a respetiva perda por imparidade na demonstração de resultados. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O Conselho de Administração determina a margem bruta orçada com base na performance passada e nas suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. A taxa de crescimento média ponderada utilizada é consistente com as previsões incluídas nos relatórios do sector. As taxas de desconto utilizadas são antes de impostos e refletem riscos específicos relacionados com os ativos da subsidiária, associada ou empreendimento conjunto.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

2.4. Clientes e outros créditos a receber

As rubricas de Clientes e Outros créditos a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, deduzido de ajustamentos por imparidade. As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

2.5. Caixa e equivalentes a caixa

O montante incluído em "Caixa e equivalentes a caixa" inclui os valores de caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento inferior a três meses, e para os quais os riscos de alteração de valor não são significativos. Os valores a descoberto de contas de depósitos bancários estão incluídos em "Financiamentos Obtidos".

2.6. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio.

A distribuição de dividendos aos detentores do capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Empresa no momento em que os dividendos são aprovados pelos acionistas.

2.7. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. O imposto sobre o rendimento apresentado na demonstração dos resultados é determinado com base no resultado líquido contabilístico, ajustado de acordo com a legislação fiscal, considerando para efeitos fiscais a empresa isoladamente.

Reconhece-se, ao nível do balanço e da demonstração dos resultados, a diferença entre os impostos imputáveis ao exercício e aos exercícios anteriores e os impostos já pagos ou a pagar referentes a esses exercícios, desde que seja provável que daí resulte um encargo efetivo ou um proveito recuperável num futuro previsível.

Os impostos diferidos são reconhecidos na globalidade, usando o método do passivo, e calculados sobre diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. No entanto, se o imposto diferido surge pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial ou que à data da transação não afete nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, este não é contabilizado. Os impostos diferidos são determinados pelas taxas fiscais (e legais) decretadas ou substancialmente

decretadas na data do balanço e que se espera que sejam aplicáveis no período de realização do imposto diferido ativo ou de liquidação do imposto diferido passivo.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para utilização da diferença temporária.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de catividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias originadas por investimentos em subsidiárias e associadas, exceto quando a empresa seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não reverta no futuro previsível.

2.8. Benefícios de empregados

A empresa reconhece um passivo e o respetivo custo no exercício sempre que existam bónus atribuíveis a um conjunto alargado de colaboradores.

2.9. Provisões

São reconhecidas provisões quando a empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um evento passado, e seja provável que desse facto resulte uma saída de recursos e que esse montante possa ser estimado com fiabilidade.

São reconhecidas provisões para cessação de emprego quando exista um plano detalhado (com indicação do nº de empregados, do departamento a que pertencem e da antiguidade e salário médios considerado para efeitos de cálculo da indemnização) e não haja possibilidade realista de retirada.

Quando há um número de obrigações similares, a probabilidade de gerar um ex-fluxo é determinada em conjunto.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

2.10. Fornecedores e Outras dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores e outras a pagar são registadas inicialmente ao justo valor e subsequentemente mensuradas ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva. São classificadas como passivo corrente exceto se a empresa tiver o direito incondicional de diferir o seu pagamento por mais de um ano após a data de reporte.

2.11. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado, sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração de resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a empresa possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

Os juros de empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos.

2.12. Subsídios e apoios do Governo

A Empresa Accive Insurance – Corretor de Seguros, SA., reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio "Outras variações de capital", sendo subseqüentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

Os apoios do Governo sob a forma de atribuição de financiamentos reembolsáveis a taxa bonificada, devem ser descontados na data do reconhecimento inicial, constituindo o valor do desconto o valor do subsídio a amortizar pelo período do financiamento.

2.13. Locações

As locações são classificadas como locações operacionais se uma parcela significativa dos riscos e benefícios inerentes à posse for retida pelo locador. Os pagamentos efetuados em locações operacionais (deduzidos de eventuais incentivos recebidos do locador) são refletidos na demonstração de resultados pelo método das quotas constantes, pelo período da locação.

Locações de ativos tangíveis onde a empresa tem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade são classificadas como locações financeiras. As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. As obrigações da locação, líquidas de encargos financeiros, são incluídas em Passivos não correntes - Financiamentos obtidos, exceto a respetiva componente de curto prazo. A parcela dos juros é levada a gastos financeiros no período da locação, de forma a produzir uma taxa constante periódica de juros sobre a dívida remanescente em cada período. Os ativos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o prazo da locação.

Os ativos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a Empresa não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a Empresa tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

2.14. Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

2.15. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ ou serviços no decurso normal da atividade da Empresa. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

Vendas

O Rédito da venda de produtos é reconhecido quando: i) o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade; ii) é provável que benefícios económicos fluam para a Empresa ; e iii) parte significativa dos riscos e benefícios tenham sido transferidos para o comprador.

Prestações de serviços

A prestação de serviços é reconhecida no período contabilístico em que os serviços são prestados, com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço.

Juros

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Os juros são reconhecidos tendo em consideração a proporção do tempo decorrido e o rendimento efetivo do ativo.

Quando uma conta a receber se encontra em imparidade, a empresa reduz o seu valor contabilístico para o valor recuperável, sendo este igual ao valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efetiva original do ativo. O desconto é reconhecido como rendimento financeiro.

2.16. Alterações de políticas, estimativas e erros

Alterações resultantes da aplicação inicial de uma Norma ou Interpretação são efetuadas de acordo com as disposições transitórias específicas.

Alterações de políticas contabilísticas na aplicação inicial de uma Norma ou Interpretação que não contenha disposições transitórias específicas, são aplicadas retrospectivamente.

As estimativas são revistas em consequência de nova informação ou maior experiência. O efeito de uma alteração de estimativa contabilística é reconhecido prospectivamente, incluindo-o (a) no Resultado do período da alteração, se a alteração apenas afeta esse período; ou (b) no período da alteração e períodos futuros, se for o caso.

Os erros materiais descobertos em períodos subsequentes são corrigidos retrospectivamente nas primeiras Demonstrações Financeiras após a sua descoberta através de:

(a) reexpressão dos valores comparativos do período anterior apresentado onde ocorreu o erro; ou

(b) reexpressão do saldo de abertura dos ativos, passivos e capitais próprios do período mais antigo apresentado, se o erro ocorreu antes do período mais antigo apresentado.

3. Participações financeiras

(a) Listagem dos investimentos em subsidiárias, entidades conjuntamente controladas e associadas a 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016;

31 de dezembro de 2016	Capital Social	% de Participação	Custo	Valor escriturado	CP	Result. ano
Empresa: Accive Insurance - Cabo Verde, SA.*		50%	13.603,59 €	0,00€		
			13.603,59 €	0,00 €		

31 de dezembro de 2016	Capital Social	% de Participação	Custo	Valor escriturado	CP	Result. ano
Empresa: Accive Insurance - Cabo Verde, SA.*		50%	13.603,59 €	0,00€		
			13.603,59 €	0,00 €		

*Empresa constituída no final de 2007 ainda sem atividade, com capital de 2.500.000\$00 (escudos Cabo Verdianos), mas que nunca chegou a desenvolver a atividade, motivo pelo qual foi constituída uma imparidade pelo valor do investimento em exercícios anteriores.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, não ocorreram movimentos no valor das Participações Financeiras dado o montante já estar reduzido a zero.

No exercício de 2016 a participada, Accive Insurance – Consultoria e Franchising, Lda foi liquidada e dissolvida, à data de 31 de outubro.

No encerramento da liquidação e dissolução foi apurada uma perda de 123.530,94 euros a qual foi reconhecida em "Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos. A perda apurada foi como de seguida:

Descrição	Valor
Conta a receber	226.445,09 €
Imparidade	(119.100,65 €)
Valor líquido a 31 de Dezembro de 2015	107.344,44€
Montantes concedidos em 2016	16.186,50€
Valor a receber à data da liquidação	123.530,94€

4. Estado e outros entes públicos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos são os seguintes:

Rubricas	31-Dez-17		31-Dez-16	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00€	5.293,77 €	2.862,38€	0,00€
Pagamento por Conta - Pag. Esp. Por Conta			3.219,00 €	
Retenções na fonte		-886,23€	1,36 €	
Imposto estimado		6.180,00€	-357,98 €	
Imposto a pagar				
Imposto a recuperar				
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)		2.166,93 €	0,00 €	2.887,04 €
Trabalho dependente		188,00 €		172,00 €
Trabalho independente		1.700,43 €		1.881,54 €
Prediais		278,50 €		833,50 €
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Contribuições para a segurança social		891,54 €		874,09 €
Total	0,00 €	8.352,24 €	2.862,38 €	3.761,13 €

GT
AL

5. Acionistas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a decomposição da rubrica de Acionistas, é como se segue:

Descrição	31-Dez-17	31-Dez-16
Ativo Corrente		
Accionistas	110.000,00 €	109.050,00 €
Total do Ativo	110.000,00 €	109.050,00 €
Passivo Corrente		
Accionistas	0,00 €	0,00 €
Total do Passivo	0,00 €	0,00 €
Total Liquido	110.000,00 €	109.050,00 €

Existe entre a MDS e a Accive uma linha de financiamento de maturidade de um ano, que pode ser sucessivamente renovado, com uma taxa média de 3,52%.

6. Outros Créditos a Receber

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a decomposição da rubrica de Outros créditos a receber, é como segue:

Descrição	31-Dez-17		31-Dez-16	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Outras contas a receber				
Devedores por acréscimos de rendimento	68.682,36 €		37.815,14 €	
Devedores Franchisados	1.996,11 €		68,76 €	
Devedores Companhias	43.633,19 €		97.602,06 €	
Outros Devedores	7.600,00 €	26.469,19 €	5.016,66 €	31.469,19 €
Cientes de cobrança duvidosa	29.509,80 €		29.509,80 €	
Pessoal	0,00 €		0,00 €	
Sub-total	151.421,46 €	26.469,19 €	170.012,42 €	31.469,19 €
Perdas por imparidade acumuladas	-29.509,80 €		-29.509,80 €	
Total	121.911,66 €	26.469,19 €	140.502,62 €	31.469,19 €

Existe um mútuo concedido no âmbito de uma relação comercial com um franchisado, celebrado em 2011 e teria uma maturidade de 4 anos. No entanto, em 2016 este contrato foi renegociado, sendo assim liquidada a última prestação em 2024. De acordo com o disposto na cláusula quarta do referido contrato a Accive pode solicitar a liquidação da totalidade do contrato, caso se verifique algum atraso no pagamento das prestações acordadas, algo que se verificou durante o ano de 2017 cerca de 2.600 €. No entanto, não foi efetuada essa exigência. O valor em aberto deste mutua a 31 de dezembro de 2017 era de 34.069,14 €, dos quais 26.469,19€ classificados como ativo não corrente

Ajustamento de créditos a receber

Ajustamentos de Clientes	2017	2016
A 1 de Janeiro	29.509,80 €	148.610,45 €
Aumentos	0,00 €	0,00 €
Utilizações	0,00 €	-119.100,65 €
Reduções	0,00 €	0,00 €
A 31 de Dezembro	29.509,80 €	29.509,80 €

O valor de ajustamento de contas a receber a 31 de dezembro de 2015 incluía um montante de 119.100,65 € relativo a imparidade da conta a receber da Accive Franchising. As variações dos Ajustamentos de Contas a Receber no exercício de 2016 estão relacionadas foram registadas por contrapartida da rubrica de "Ganhos e Perdas Imputados de Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos" da Demonstração de Resultados. Ver nota 3.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

7. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 a Empresa tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a reconhecer		
Rendas	0,00 €	1.110,00 €
Outros	1.033,07€	2.610,12€
Seguros	0,00 €	0,00 €
Total	1.033,07€	3.720,12€

8. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

Descrição	2017	2016
Numerário		
Depósitos bancários	32.251,53 €	22.942,53 €
Aplicações tesourarias		
Caixa e equivalentes de caixa	32.251,53 €	22.942,53 €
Descobertos bancários	0,00 €	0,00 €
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	32.251,53 €	22.942,53 €

9. Capital

9.1. Capital realizado

Em 31 de Dezembro de 2016, todo o capital social, encontrava-se totalmente subscrito e realizado.

O capital social é de 51.000,00 euros, representado por 10.200 ações com o valor nominal de 5,00 euros cada.

No presente exercício houve alteração de acionistas, tendo ficado o capital social distribuído da forma que se segue.

Titulares	Percentagem
MDS - Corretor de Seguros, SA	70%
Rigorosacondição Representação Comercial, Lda	20%
Onebiz, S.A.	10%

10. Outros instrumentos do capital próprio

A rubrica "Outros instrumentos de capital próprio" refere-se a prestações acessórias efetuadas pelos acionistas para as quais não existe prazo de reembolso ou remuneração.

11. Reservas Legais

A Reserva legal não está ainda totalmente constituída nos termos da lei (20% do capital social), pelo que um mínimo de 5% dos resultados é destinado à sua dotação. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do Capital Social.

12. Resultados Transitados

Descrição	2017	2016
Saldo Inicial	202.687,29 €	237.951,86 €
Resultado Líquido 2015	0,00 €	-35.264,67 €
Resultado Líquido 2016	-93.667,35 €	0,00 €
Reclassificação entre rubricas de capital	-83.187,51 €	0,00 €
Total	-379.542,15 €	202.687,29 €

13. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os saldos de fornecedores mais significativos referem-se às seguintes entidades:

Descrição	2017	2016
Passivos		
Fornecedores - corrente		
Fornecedores Terceiros	738,00 €	2.206,93 €
Fornecedores Grupo	0,00 €	0,00 €
Total do Fornecedores c/c	738,00 €	2.206,93 €

14. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica Financiamento obtidos, por via de empréstimos apresentava a seguinte decomposição:

Financiamentos Obtidos	31 de Dezembro de 2017			31 de Dezembro de 2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Instituições de crédito e sociedades financeiras						
Empréstimos						
Conta Cauionada – Dinâmica MBGP						
Outros Financiadores						
AGEAS	72.074,64 €	€	72.074,64 €	86.508,00 €	72.074,64 €	158.582,64 €
Total	72.074,64 €	€	72.064,64 €	86.508,00 €	72.074,64 €	158.582,64 €

O Empréstimo não corrente respeita a uma linha de financiamento obtida junto da AGEAS em fevereiro de 2010, com um prazo de 5 anos e uma taxa de juro de 3%.

As condições deste empréstimo foram alvo de renegociação no exercício de 2014. Atualmente, o prazo do empréstimo termina em outubro de 2018, sendo remunerado a uma taxa de juro de 4,5% e reembolsável em prestações mensais.

15. Outras Dívidas a Pagar

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 a rubrica "Outras contas a pagar correntes" pode ser detalhada como segue:

Descrição	2017		2016	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Passivo				
Outras contas a pagar				
Credores por acréscimo de gasto				
Comissões a entregar	15.913,91 €		6.981,13 €	
Remunerações a liquidar	7.734,48 €		6.232,10 €	
Juros a liquidar	0,00 €		0,00 €	
Outros credores por acréscimo de gasto	7.781,05 €		8.379,23 €	
Comissões franchisados	32.265,52 €		65.028,72 €	
Credores Companhias	0,00 €		171,97 €	
Outros Credores	0,00 €		1.344,90 €	
Outras contas a pagar	63.693,96 €		88.138,05 €	

16. Vendas e Prestações de Serviços

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

Réditos	31 de Dezembro de 2017			31 de Dezembro de 2016		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de Mercadorias						
Prestações de Serviços	536.978,02 €		536.978,02 €	478.370,72 €		478.370,72 €
	536.978,02 €		536.978,02 €	478.370,72 €		478.370,72 €

A totalidade das prestações de serviços é realizada no mercado nacional.

17. Fornecimentos e Serviços externos

A rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos" apresentava em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o seguinte detalhe:

Fornecimentos e Serviços Externos	2017	2016
Serviços especializados	373.442,76 €	359.937,87 €
Comissões	331.612,02 €	331.136,23 €
Conservação e reparação	0,00 €	0,00 €
Outros	41.830,74 €	28.801,64 €
Materiais	282,90 €	693,11 €
Ferramentas e Utensílios de desgaste rápido	0,00 €	0,00 €
Material de escritório	282,90 €	693,11 €
Energia e fluídos	76,20 €	485,60 €
Eletricidade	56,13 €	418,99 €
Combustíveis	0,00 €	0,00 €
Água	20,07 €	66,61 €
Deslocações, estada e transportes	36,39 €	84,21 €
Deslocações e estadas	36,39 €	84,21 €
Serviços diversos	18.704,36 €	27.405,39 €
Rendas e alugueres (a)	2.220,00 €	13.320,00 €
Comunicação	1.000,00 €	2.135,79 €
Seguros	863,38 €	1.394,32 €
Contencioso e notariado	333,75 €	793,60 €
Limpeza, higiene e conforto	0,00 €	4,57 €
Outros serviços	14.287,23 €	9.757,11 €
Total	392.542,61 €	388.606,18 €

18. Gastos com o pessoal

A rubrica de "Gastos com o Pessoal" apresentava em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o seguinte detalhe:

Gastos com o Pessoal	2017	2016
Remunerações órgãos sociais	0,00 €	0,00 €
Remunerações do pessoal	40.626,12 €	73.554,55 €
Encargos sobre remunerações	9.893,20 €	11.919,61 €
Seguros de acidentes no trabalho	3.420,09 €	2.628,10 €
Outros gastos com pessoal	3.461,86 €	83,01 €
Total	57.401,27 €	88.185,27 €

O nº médio de funcionários à data de 31 de dezembro de 2017 é de 3 (2016: 5).

19. Outros rendimentos e outros gastos

A rubrica de "Outros Rendimentos e Ganhos e Outros Gastos e Perdas" apresentava em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o seguinte detalhe:

	2017	2016
Outros Rendimentos		
Outros Rendimentos	20.556,16 €	99.495,34 €
Rendimentos e ganhos em ativos financeiros	3.544,91 €	0,00 €
Outros	17.011,25 €	99.495,34 €
Outros Gastos	7.109,34 €	59.380,15 €
Impostos	1.955,15 €	2.343,42 €
Outros juros	0,00 €	0,00 €
Outros	5.154,19 €	57.037,09 €

O detalhe das rubricas *Outros* era o seguinte:

	2017	2016
Outros		
Rendimentos	17.011,25 €	99.495,34 €
Correção saldos contas correntes agentes	8.197,04 €	4.598,46 €
Correção saldos contas correntes fornecedores	0,00 €	2.623,76 €
Correção saldos contas correntes seguradores	0,00 €	23.951,56 €
Correção saldos outras contas correntes	0,00 €	6.093,63 €
Correção estimativas de retenção de IRS de agentes	0,00 €	46.906,43 €
Regularização de acréscimos de juros	0,00 €	6.405,18 €
Regularização de outros acréscimos	1.757,68 €	5.381,51 €
Outros	7.056,53 €	3.534,81 €
Gastos	5.154,19 €	57.037,09 €
Correção saldos contas correntes agentes	197,08 €	319,24 €
Correção saldos contas correntes seguradores	0,00 €	7.703,19 €
Correção saldos outras contas correntes	0,00 €	31.914,15 €
Custos de cedências relativos a anos anteriores	0,00 €	1.668,83 €
Custos de seguros relativos a anos anteriores	0,00 €	302,95 €
Custos de eletricidade relativos a anos anteriores	0,00 €	684,06 €
Custos de serviços de auditoria relativos a anos anteriores	0,00 €	6.150,00 €
Quotizações empresariais-BF.	1.375,00 €	1.500,00 €
Multas	868,53 €	444,45 €
Outros	2.713,58 €	6.350,22 €

20. Gastos e Rendimentos financeiros

Os gastos e rendimentos de financiamento em 2017 e 2016 apresenta-se como segue:

	2017	2016
Juros e Gastos Similares Suportados		
Juros de mora		8,13 €
Outros juros	5.352,44€	11.469,86 €
Outros gastos similares suportados		
Total	5.352,44€	11.477,99 €
Juros obtidos		
De outros financiamentos concedidos		5,46 €
Outros rendimentos similares		0,00 €
Total		5,46 €

Custo do financiamento líquida	-5.352,44€	-11.472,53 €
---------------------------------------	-------------------	---------------------

Os juros suportados respeitam ao empréstimo de longo prazo contraído junto da AGEAS.

Os juros obtidos respeitam ao empréstimo de longo prazo concedido aos parceiros António Vieira/Armando Giesta.

21. Imposto do exercício

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são detalhados como se segue :

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Resultado antes de impostos	-93.309,37 €	-93.309,37 €
Custos não Dedutíveis	52.050,02 €	52.050,02 €
Dedução de Prejuízos Fiscais sem imposto diferido	-71.400,00 €	0 €
Taxa de imposto	17,00%+21,00%	17,00%+21,00%
Colecta	4.663,22 €	0,00 €
Derrama	1.470,37 €	0,00 €
Tributações autónomas	46,41 €	357,98 €
Insuficiência de estimativa de imposto	0,00 €	0,00 €
Imposto sobre o rendimento	6.180,00 €	357,98 €

O montante de prejuízos fiscais disponíveis a 31 de dezembro de 2014 ascendia a 170.602,27€. No entanto, aquando da alteração da estrutura acionista, como não foi solicitada a transferência dos mesmos, então, a Accive perdeu a possibilidade de os utilizar.

Não foi relevado imposto diferido ativo sobre os prejuízos fiscais disponíveis a 31 de dezembro de 2016, dada a incerteza quanto à sua realização.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da empresa estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante o período de quatro anos (cinco anos para a segurança social) exceto quando (i) tenha havido



 GT

 12

prejuízos fiscais, (ii) tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou (iii) estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

Deste modo as declarações fiscais da Empresa poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão e eventuais correções.

A Administração da Empresa Accive Insurance – Corretor de Seguros, SA, entende que as correções, resultantes de revisões ou inspeções por parte das autoridades fiscais, aquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras apresentadas a 31 de dezembro de 2017.

22. Contingências

Passivos contingentes

Em 31 de Dezembro de 2017, a Accive Insurance – Corretor de Seguros, SA., não tinha processos em curso avaliados como passivos contingentes.

23. Partes relacionadas

23.1. Remunerações do Pessoal Chave

Os membros do Conselho de Administração são considerados os elementos chave da gestão.

<u>Rubrica</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Total Remunerações	0,00 €	0,00 €

Nos exercícios de 2016 e 2017, os membros do conselho de Administração não foram remunerados.

23.2. Transações entre Partes Relacionadas

As transações e saldos entre partes relacionadas decorrem de operações comerciais normais.

(a) transações e saldos pendentes:

Saldos

Empresa	Natureza do relacionamento	2017	2016
Ativo			
Accive Insurance - Consultoria e Franchising, Lda.	Empréstimo	0,00 €	2 €
MDS - Corretor de Seguros, S.A.	Empréstimo	110.000,00 €	109.050,00 €
Total		110.000,00 €	109.050,00 €
Passivo			
MDS - Corretor de Seguros, S.A.	Empréstimo	0,00€	0,00€
Total		0,00€	0,00€

O empréstimo concedido à acionista em 31 de dezembro de 2017 tem carácter de curto prazo, uma vez que tem maturidade de um ano, que pode ser sucessivamente renovado.

Transações

Empresa	Natureza do relacionamento	2017	2016
MDS - Corretor de Seguros, S.A.	Comissões	65.085.10€	62.456.65€
Onebiz, S.G.P.S., S.A.	Aquisição de serviços		

24. Informações exigidas por Diplomas

Conforme requerido pela Norma do ISP Legais nº 15/2009-R de 30 de dezembro de 2010 no seu artigo nº 4, passamos a apresentar nos seguintes mapas a informação requerida. As alíneas que não sejam aplicáveis à entidade não foram incluídas abaixo:

- a) As comissões auferidas das seguradoras são reconhecidas quando se verifica a cobrança dos prémios de seguros, sendo que as comissões extra são consideradas no exercício a que respeitam, quando o seu montante possa ser estimado com fiabilidade;
- b) A totalidade das remunerações no valor de 536.978.02 euros respeita a comissões.



c) Total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregados por Ramo "Vida", Fundos de Pensões e conjunto dos ramos "Não Vida", e por origem

Cod Asf	Tipo Autorização	Seguradora	Ramo Vida	Ramo não Vida	Total
1129	Não Vida	Ageas		28.062,89	28.062,89
1039	Vida	Ageas Vida	2.554,45		2.554,45
1028	Misto	Allianz		28.807,27	28.807,27
1157	Não Vida	Arag SA		39,14	39,14
4747	Não vida	Baloise Vie	15.207,08		15.207,08
1133	Não Vida	Caravela		1.731,60	1.731,60
4702	Vida	Cardif Lux Vie	2.574,32		2.574,32
1085	Não Vida	Aig		46	46,00
1151	Vida	Eurovida	283,13		283,13
1011	Misto	Fidelidade	-105,51	14.702,87	14.597,36
1194	Não Vida	Generali		71.050,60	71.050,60
1021	Vida	Generalli Vida	1.344,93		1.344,93
1010	Misto	Liberty		22.784,01	22.784,01
1026	Não Vida	Lusitania		6.718,73	6.718,73
1025	Vida	Lusitania Vida	574		574,00
1145	Não Vida	Mapfre		231,27	231,27
1188	Mista	Metlife	7.660,93		7.660,93
1167	Não Vida	Popular Seguros		12.544,83	12.544,83
1029	Mista	Real Vida	2.837,32		2.837,32
1197	Misto	Seguradoras Unidas	631,2	99.279,83	99.911,03
1160	Não Vida	Vitoria		9.436,26	9.436,26
1096	Vida	Vitória Vida	397,96		397,96
1184	Não Vida	Zurich		40.118,54	40.118,54
1132	Vida	Zurich Vida	2.792,32		2.792,32
9999		Mds		65.085,10	65.085,10
9999		April		31.615,15	31.615,15
9999		Best Doctors Inc		23,87	23,87
		Total	36.752,13	432.277,96	469.030,09
		Comissões extra estimadas para 2016			67.947,93
		Total	36.752,13	432.277,96	536.978,02

d) Níveis de concentração das remunerações auferidas pela carteira:

Seguradora	Peso %
Ageas	5,98%
Ageas Vida	0,54%
Allianz	6,14%
Arag SA	0,01%
Baloise Vie	3,24%
Caravela	0,37%
Cardif Lux Vie	0,55%
Aig	0,01%
Eurovida	0,06%
Fidelidade	3,11%
Generali	15,15%
Generali Vida	0,29%
Liberty	4,86%
Lusitania	1,43%
Lusitania Vida	0,12%
Mapfre	0,05%
Metlife	1,63%
Popular Seguros	2,67%
Real Vida	0,60%
Seguradoras Unidas	21,30%
Vitoria	2,01%
Vitória Vida	0,08%
Zurich	8,55%
Zurich Vida	0,60%
Mds	13,88%
April	6,74%
Best Doctors Inc	0,01%

g) Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar

Por natureza	Saldo contabilístico existente no final do exercício	
	Contas a receber	Contas a pagar
Fundos em cobrança às empresas de seguros, que respeitam a prémios de resseguro já transferidos pelas empresas de resseguro Remunerações respeitantes a prémios de (res)seguro já cobrados e por cobrar	43.633,19	
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de (res)seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários (ou empresas de seguros no caso da actividade de mediação de resseguros)	0,00	

Por natureza	Saldo contabilístico existente no final do exercício	
	Contas a receber	Contas a pagar
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro:		
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de (res)seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários (ou empresas de seguros no caso da actividade de mediação de resseguros)		

25. Acontecimentos após a data de balanço

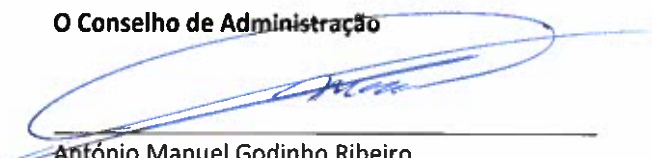
As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 31 de maio de 2017 pela Administração.


Não foram recebidas informações adicionais que alterem as demonstrações financeiras apresentadas.

O Contabilista Certificado


Graziela da Conceição Carvalho de Oliveira Torres

O Conselho de Administração


António Manuel Godinho Ribeiro


Mário João Henriques Rosa Vinhas


Ricardo Botelho Barbosa Pinto dos Santos



Relatório e Parecer do Fiscal Único

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração de Accive Insurance – Corretor de Seguros, S.A. relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017

No decurso do exercício acompanhamos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Empresa e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e as correspondentes notas anexas, exceto nos aspetos mencionados na Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa, dos seus resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados, exceto nos aspetos mencionados na Certificação Legal das Contas;
- iii) o relatório consolidado de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Empresa evidenciando os aspetos mais significativos;
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

7

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração, e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o relatório de gestão;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Empresa com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

27 de junho de 2018

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Joaquim Miguel de Azevedo Barroso, R.O.C.

Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Accive Insurance – Corretor de Seguros, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 291.788 euros e um total de capital próprio de 146.930 euros, incluindo um resultado líquido de 88.949 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas

Em nossa opinião, exceto quanto ao efeito da matéria referida na alínea a) e exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nas alíneas b), c) e d), apresentadas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Accive Insurance – Corretor de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

- a) A rubrica de Outros Créditos a Receber a 31 de dezembro de 2015 incluía valores a receber de 21.635 euros para os quais não existia suporte, tendo os mesmos sido regularizados por contrapartida do resultado do exercício de 2016, o qual se encontrava subavaliado neste montante. A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2016 foi modificada em conformidade. A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do período corrente é também modificada devido aos efeitos desta matéria na comparabilidade dos valores do ano corrente com os do ano anterior.
- b) Foram estimados em Outros Créditos a Receber acréscimos de rendimentos de comissões, no valor de 32.303 euros, para os quais não foi obtida informação de suporte que permita concluir quanto ao seu correto reconhecimento como ativo.
- c) Por não ter sido obtido suporte para a recuperabilidade da Conta a Receber da participada Accive Franchising a 31 de dezembro de 2015 não foi possível concluir sobre a razoabilidade da perda apurada na liquidação da referida participada no exercício de 2016, no valor de 123.531 euros. A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2016 foi modificada em conformidade. A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do período corrente é também modificada devido aos potenciais efeitos desta matéria na comparabilidade dos valores do ano corrente com os do ano anterior.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485



d) A rubrica de Outras Dívidas a Pagar incluía, em 31 de dezembro de 2015, 59.352 euros relacionados com passivos perante franchisados, relativamente aos quais não foi possível concluir a essa data se correspondiam a responsabilidades efetivas da empresa perante esses terceiros, nem sobre os impactos produzidos no resultado do exercício de 2016 pelas regularizações desses valores. A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2016 foi modificada em conformidade. A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do período corrente é também modificada devido aos potenciais efeitos desta matéria na comparabilidade dos valores do ano corrente com os do ano anterior.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

27 de junho de 2018

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Joaquim Miguel de Azevedo Bartoso, R.O.C.